

CORRÊA, Mariza. 2013. *Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp.

Francine Pereira Rebelo  
Mestre em Antropologia Social/UFSC

Misturando artigos, depoimentos, entrevistas com autores, análise documental, fotos e incríveis histórias de vida, essa obra é composta de ensaios escritos por Mariza Corrêa ao longo dos últimos 25 anos, no âmbito do Projeto História da Antropologia no Brasil. Para além desse um quarto de século de pesquisa e escrita, o livro percorre a história da Antropologia no país, discutindo desde as famosas sínteses fundadoras da disciplina na década de 1930, até a transitoriedade teórica da década de 1950, as importantes teses de pós-graduação das décadas de 1960 e 1970, assim como os novos rumos da antropologia no século XXI.

Longe de buscar retrair cronologicamente as informações apresentadas no livro, esta resenha, no mesmo sentido metodológico utilizado pela autora, pretende fazer um mapeamento das questões-chaves dessa obra. Corrêa faz esse mapeamento a partir da apresentação de quatro capítulos intitulados “*Traficantes do simbólico*”, “*Traficantes do ex-cêntrico*”, “*A revolução dos normalistas*” e “*A antropologia no Brasil (1960-1980)*”, além de quatro importantes depoimentos e entrevistas com Donald Pierson, Emilio Willems, Ruth Cardoso e Verena Stolcke, com uma relevância teórica indiscutível já que os três primeiros autores são falecidos.

Visto que é uma etnografia entre os pares, esta obra é um trabalho delicado, onde os nomes e locais só fazem sentido se revelados. Desse modo, se até um certo momento os personagens dessa história estão suficientemente longes no tempo para serem tratados como personagens, à medida em que a pesquisa caminha, esses atores tornam-se pessoas e as histórias deixam de ser recuperadas e passam a ser compartilhadas.

Verena Stolcke, uma das entrevistadas, discute sobre o conceito de história e mostra como a história que ouviu com o grupo de camponeses que estudou era completamente diferente daquela que contavam na universidade. Como exemplo, Stolcke descreve como o golpe de 1964 tinha passado despercebido para essa população do interior do Estado de São Paulo, por outro lado, esse grupo já era conhecedor do pau de arara, enquanto a inteligência acadêmica paulista só passou a conhecê-lo depois de 1964 e da supressão dos direitos democráticos.

Nesse sentido, Stolcke acredita na pertinência do termo antropologia histórica para tratar da introdução de uma perspectiva histórica na antropologia. Não é o caso de simplesmente adicionar uma introdução histórica e depois fazer o típico estudo de caso, senão introduzir uma perspectiva histórica através da análise dos sujeitos que fizeram a história. Para a autora, a história conta fatos, guerras e revoluções sem gente, enquanto a antropologia tem trabalhado com “gente sem história”. Corrêa propõe juntar a história com seus sujeitos.

A autora faz um trabalho coerente a essa visão quando através da apresentação dos quatro primeiros programas de pós-graduação no Brasil, Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas apresenta não apenas as temáticas mais recorrentes entre as teses, as publicações de antropologia e os programas de ensino, mas apresenta os sujeitos, seus locais de fala e suas relações com outras instituições e autores.

Corrêa, ainda nessas análises dos programas de pós-graduação, apresenta quadros com o corpo docente de cada uma dessas instituições, trazendo cada um desses sujeitos, mostrando o período de participação na instituição, o título, o ano de titulação, a origem e a orientação acadêmica. Desse modo, nos permite fazer a relação período/formação/orientador/orientando, e mesmo na impossibilidade de aprofundar sobre cada um deles, traz algumas narrativas representativas, como a entrevista com Ruth Cardoso.

Ruth Cardoso, em meio a anedotas divertidas de como sob a orientação de Egon Schaden passou alguns anos tentando aprender alemão, em um grupo com Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Lólio Lourenço de Oliveira e Renato Jardim Moreira, sem nenhum sucesso e para o desespero do professor, relembra as disputas teóricas e políticas na formação da pós-graduação da USP, ou, em suas palavras, que “a briga teórica era também uma briga por espaço”.

Ruth Cardoso relata as divergências teóricas e políticas que tinha em relação a Egon Schaden e sua marcante linha dos estudos de aculturação. Ela tampouco defendia a ideia de uma cultura integrada, mas queria trabalhar principalmente com os processos de mudanças e redefinições culturais em função de processos que são globais.

Ruth Cardoso descreve com detalhes o período de transição entre o sistema de cátedra e o sistema de departamentos e, para além das disputas teóricas, Ruth Cardoso ousa falar que existia na USP uma *linhagem feminina*, composta por Eunice Durham, Gioconda Mussolini e a própria Ruth e uma masculina, formada por Egon Schaden e João Batista Borges Pereira, indicado por Schaden para ocupar seu lugar em decorrência de sua aposentadoria. Ruth relembra as disputas em torno dessa substituição, a morte de Gioconda, a tentativa de trazer um professor estrangeiro, a ‘derrota’ da linhagem feminina e a vontade de Schaden de que o cargo fosse ocupado por um homem.

Os depoimentos do livro, assim como a análise feita pela autora mostram que o campo da antropologia não é formado apenas por disputas, mas também por parcerias. Esta obra relata com riqueza de detalhes as alianças formadas com os pesquisadores e universidades estrangeiras e a importância destes para a construção e consolidação da antropologia brasileira. Nas palavras de Donald Pierson, a ciência é internacional e caso se queira estabelecer as ciências sociais em bases firmes, era necessário despi-las de rótulos nacionais.

A antropologia seria a mistura do interesse dos nativos pelos estrangeiros, como no caso de Nina Rodrigues em seus estudos sobre os “colonos negros”, e do contrário, ou seja, dos estrangeiros pelos nativos, como no caso de Curt Nimuendaju. A trajetória da antropologia brasileira é parte do seu percurso internacional, mas também do imaginário e tradições inventadas pelos antropólogos brasileiros em geral e com forte participação dos profissionais estrangeiros.

O alemão Emilio Willems e o norte-americano Donald Pierson contribuem para essa obra com depoimentos detalhados das atividades que desenvolveram no período em que trabalharam no Brasil. Os autores descrevem a importância e o trabalho que envolvia a formação de novos profissionais, as dificuldades nas terras estrangeiras, os procedimentos para conseguir financiamento e os incentivos as traduções de obras para a língua portuguesa.

Pierson traz ainda relatos que nos permitem pensar não apenas o desconhecimento de grande parte da população no que concerne as ciências sociais, mas também a respeito do contexto político dos períodos de consolidação da disciplina no país. Entre os anos 1935 e 1937, durante suas pesquisas na Bahia, Pierson teve de explicar a policiais em uma delegacia os motivos pelos quais estava parado em frente ao palácio do governo tomando notas à medida que os políticos entravam ou saíam. Eram anotações sobre quantos brancos, pardos e negros se encontravam entre esses políticos. De acordo com o autor, não era fácil explicar porque um estrangeiro tinha deixado seu país para andar com pretos pela Bahia.

Para além desses episódios anedóticos, é notório na história das ciências sociais perseguições políticas verdadeiramente fundamentadas e fatos que mesmo pouco esclarecidos judicialmente, deixam claro o peso ideológico e político desse campo do conhecimento na formação das disputas de poder em um cenário político nacional.

Entre os casos está o de Anísio Spínola Teixeira, inspetor-geral do ensino na Bahia e responsável pela criação do Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia – Columbia University, responsável pela ampliação do intercâmbio acadêmico entre Brasil e Estados Unidos e pela abertura institucional das ciências sociais na Bahia. A entrada de Anísio no cenário educacional representou a luta pela constituição de um novo aparato para educação no Brasil sendo que este participou ativamente de diversos momentos dessa construção, desde a formação de convênios até a criação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 1950. Anísio foi encontrado morto no poço de um elevador no Rio de Janeiro em 1971. Em cartas ao educador, Darcy Ribeiro se dizia também preocupado com as perseguições políticas.

O mesmo Darcy Ribeiro tem seus trabalhos sob a mira do incêndio provocado no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1968. Nesse mesmo ano, acontece o incêndio do prédio da Faculdade de Filosofia à Rua Maria Antônio em São Paulo. Para além dos incêndios temos na história das ciências sociais e do Brasil cassações brancas, exílios, perseguições e prisões.

Por mais que esse não seja o foco da obra, torna-se impossível para qualquer análise da história da antropologia desviar dessa temática que mostra a importância política, educacional e ideológica da disciplina. É através da compreensão dessa trajetória e da superação de alguns obstáculos que conquistamos instrumentos para refletir criticamente sobre os rumos da antropologia hoje.

A obra de Mariza Corrêa, trazendo elementos da história e do ensino de antropologia, possibilita e incentiva essa reflexão e mais do que isso, contribui metodologicamente e teoricamente com as pesquisas referentes a essa temática, principalmente, mas também permite a reconstrução teórica das mais diversas temáticas como gênero, educação, questões raciais e étnicas.

Recebido em 03 set. 2015.

Aceito em 24 nov. 2015.